

ESPAÇO SOCIALISTA

No. 95- NOVEMBRO-DEZEMBRO DE 2016
CONTRIBUIÇÃO: R\$ 2,00

ORGANIZAÇÃO MARXISTA REVOLUCIONÁRIA



PARA MUDAR A VIDA NÃO PAGAR A DÍVIDA!

**PAGAMENTO DA DÍVIDA ÀS CUSTAS DOS
DIREITOS DOS TRABALHADORES**

**PRÉ-SAL: CONGRESSO NACIONAL
COMPLETA A ENTREGA**

**REFORMA DO ENSINO MÉDIO:
CAMINHANDO PARA A PRIVATIZAÇÃO**

**FORMAÇÃO: A QUESTÃO DA
ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA E O
MOVIMENTO ANARQUISTA**

**REVOLUÇÃO VERDE: FORMA DE O
CAPITALISMO DESTRUIR A NATUREZA**

NÃO PAGAR A DÍVIDA PÚBLICA EM QUE MUDARIA A NOSSA VIDA?

As nossas principais lutas pela frente, de uma ou de outra maneira, dizem respeito a questão da dívida pública: PEC, serviços públicos, Reforma da Previdência, Reforma do Ensino Médio, entre outras, estão relacionadas ao esforço do governo em garantir o repasse do dinheiro público para os bancos e especuladores.

Com essas reformas aprovadas as finanças do Estado passam a priorizar e garantir de uma maneira mais direta o pagamento dos serviços da dívida pública.

Para se ter ideia, na PEC 55 não há limite para qualquer crescimento de despesas com os serviços da dívida. Pelo contrário, há uma exceção que permite aumento das despesas com as “estatais não dependentes” que são aquelas que negociam títulos públicos garantidos pelos estados e municípios (ver *Jornal Espaço Socialista* n° 94).

Temer, como gestor dos negócios da burguesia, impõe essas medidas para garantir a lucratividade do capital de conjunto, mas sobretudo a do capital financeiro. Não por acaso quase a metade do Orçamento Federal anual se destina ao pagamento dos serviços da dívida pública. Essa é a realidade.

É mentira: “Déficit público que vai melhorar no futuro”, “vai gerar emprego” e “o Estado está falido”. Esse é um discurso de chantagem à população que, desconhecendo os fatos, cai nesse conto.

A ASCENSÃO DA FRAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL

A força da dívida pública na economia capitalista está associada diretamente ao papel desempenhado pela fração financeira do capital na totalidade do sistema.

A maioria dos estudiosos aponta a crise do modelo fordista em fins dos anos 60 e início dos 70 como o fator determinante para o fortalecimento do setor financeiro do capital. Essa crise é a expressão da queda da taxa de lucro do capital, depois de um longo período (o *boom* econômico) de acumulação bem sucedido.

Como o capital precisa se expandir

continuamente (dinheiro que “faz” mais dinheiro), diante de cada crise busca alternativas para retomar a sua lucratividade, chamadas de contratendências (diminuição dos salários, barateamento do maquinário, etc.).

Com a crise estrutural do capital, essas alternativas já se mostraram insuficientes, principalmente, pelo fato de que uma crise nessa profundidade exige medidas estruturais. No entanto, é impossível o capital adotá-las, já que isso representaria o seu fim.

Essa incapacidade de responder à crise sem atingir o seu sistema de funcionamento vai empurrando os agentes do capital para as soluções de curto prazo e de “menor resistência”, o que joga suas contradições para frente. Essa é a lógica da atual “fase do capitalismo” em busca da retomada crescente de seus lucros.

Com uma capacidade produtiva superior às possibilidades de consumo, os capitalistas (empresários, banqueiros, etc.) deixam de reinvestir parte do lucro na produção, porque as chances de terem lucro já não são tão altas. Isso faz com que uma enorme quantidade de capital (dinheiro, máquinas, etc.) fique “disponível” e a busca é de condições adequadas para se valorizar. Uma parte dele vai para os bancos e instituições financeiras, que poderão emprestá-lo ampliando a oferta para as famílias e também para os Estados financiarem obras públicas. Outro elemento importante, mesmo que brevemente mencionado, é que o sistema financeiro foi alimentado por recursos oriundos do tráfico de drogas e da produção e comércio do petróleo (petrodólares).

É esse capital disponível que serve de base para os Estados Nacionais procurarem financiamento para a gestão das políticas públicas (e, no caso do Brasil, com uma boa parte direcionada para a corrupção), o que eleva o endividamento dos países. No Brasil, a dívida cresceu de forma meteórica: em 1964 a dívida era de cerca de 2,5 bilhões de dólares, em 1985, já passava dos 100 bilhões de dólares.

Dívida pública: São obrigações assumidas pelo Estado (federal, estadual ou municipal) ou por entidades do setor público (Banco Central, empresas públicas, etc.). São empréstimos realizados pelo setor público, ou quando este emite e coloca à venda títulos públicos para pagamento no futuro e com juros (quanto maior a taxa de juros mais atrativo é o título).

A dívida é externa quando está vinculada a uma moeda estrangeira (via de regra ao dólar). E é interna quando são realizadas em real. No entanto, a Auditoria Cidadã da Dívida questiona esses conceitos, pois praticamente não há restrição de entrada e saída de moeda estrangeira pelos bancos no país (é praticamente livre a movimentação de capitais). Isso faz com que os bancos e instituições financeiras nacionais possam ser credoras de dívida externa e também o contrário: bancos estrangeiros podem ser credores de títulos da dívida interna.

O endividamento é considerado direto quando a dívida é contraída diretamente pelo Estado ou por entidades do setor público. E indireto quando o empréstimo é feito por empresas e garantido pelo Estado.

A DÍVIDA PÚBLICA E O GOVERNO DE PLANTÃO

Conhecer o significado da dívida pública na atual configuração do capital é fundamental para entender as razões dos vários

ataques sobre os serviços públicos e políticas sociais que os governos no Brasil (do PMDB, PSDB, PT, etc.) e em outros países estão fazendo.

Também é importante para nos orientar na luta política e não abraçarmos soluções fáceis – como



apenas trocar esse ou aquele governo – que aparentam resoluções para problemas que nós, trabalhadores, nos deparamos todos os dias. As propostas dos governos capitalistas no plantão não são por “vontade própria”, mas parte da imposição da própria necessidade do capital para garantir os lucros da burguesia, que utiliza o Estado para garantir as condições legais, políticas, ideológicas, etc. para isso.

Então, a luta contra o governo é apenas uma parte da luta contra o domínio do capital, e não só uma luta para substituir o governante (como se o problema fosse apenas de quem ocupa a cadeira, embora saibamos que qualquer um/uma que ocupe esse lugar está em pleno acordo com essa necessidade do capital). Portanto, dizer que o problema da dívida é uma questão de gestão é mentir, buscando enganar os trabalhadores.

O “problema da dívida” não tem solução nos marcos do capitalismo e a tendência é se agravar, ano após ano. Isso significa

dizer que: os governos não pararão de atacar nossos direitos, assim como as políticas sociais que já estão bem escassas; e nós precisaremos, cada vez mais, radicalizar nas lutas para sobrevivermos.

A DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA

A economia brasileira é parte desse processo geral. O endividamento do Estado brasileiro orienta toda política econômica do governo.

Como parte da dívida é contraída em dólares, o governo adota uma política econômica com dois eixos principais: Um é a política de *juros altos*, para atrair mais capital financeiro para o financiamento dos serviços da dívida. Como há outros países que também querem atrair esse capital, a solução encontrada é aumentar as taxas de juros daqui.

O outro eixo é *priorizar as exportações*,

ANO	PAGAMENTO DA DÍVIDA	GASTOS COM SAÚDE	GASTOS - EDUCAÇÃO
2011	R\$ 707 BI	R\$ 71,4 BI	R\$ 47 BI
2012	R\$ 752 BI	R\$ 64 BI	R\$ 57,2 BI
2013	R\$ 715 BI	R\$ 76,5 BI	R\$ 66 BI
2014	R\$ 1,04 TRI	R\$ 84,7 BI	R\$ 74,6 BI
2015	R\$ 962 BI	R\$ 83,9 BI	R\$ 88,6 BI
TOTAL	R\$ 4,17 TRI	R\$ 380,1 BI	R\$ 333,3 BI

principalmente do agronegócio. Os empréstimos a juros abaixo do mercado, a expulsão de índios de suas terras e a lei que autoriza o desmatamento são formas de incentivar o agronegócio, que tem a maior parte de sua produção voltada à exportação. Assim, entra mais dólares no país para financiar a dívida pública.

É um ciclo vicioso, que leva a uma dependência do capital externo e do sistema da dívida pública, criando uma bola de neve que não para de crescer (pelo menos nos próximos anos).

Segundo o site Auditoria Cidadã da Dívida, o endividamento brasileiro (dados de dezembro de 2015) soma, no total, algo próximo de 5,7 trilhões de reais, sendo 4 trilhões de reais da dívida pública interna (para credores nacionais) e 1,7 trilhão de reais da externa. É em nome desses compromissos que os governos vêm – ano após ano – adotando medidas contra a classe trabalhadora.

Como dissemos, todo ano, quase metade do Orçamento Federal é direcionado para o pagamento da dívida. Em 2015, 42,43% do Orçamento foram para o pagamento da dívida, e só 3,91% para a Educação e 4,14% para a Saúde. Dados (quadro abaixo) que mostram exatamente qual é a prioridade do governo.

Tudo isso se transforma em poder político: os últimos presidentes do Banco Central e os ministros da fazenda são todos ligados aos bancos. Ou seja, os principais credores da dívida estão nos principais postos de controle das finanças do Estado brasileiro. Em outros termos: eles têm a chave do cofre e cuidam dos interesses diretos dos credores da dívida e não dos interesses do povo.

NÃO PAGAR A DÍVIDA PÚBLICA PODERIA MUDAR

O *modus operandi* do sistema da dívida não deixa dúvidas: os agiotas e banqueiros continuarão controlando o Estado e impondo medidas para garantir a apropriação dos recursos públicos, sempre em detrimento das condições de vida da classe trabalhadora.

São os trabalhadores que produzem a riqueza do país e é quem deve

usufruir dessa riqueza. Com o não pagamento dessa dívida poderíamos ter serviços públicos de melhor qualidade (como hospitais, escolas, lazer, moradia, transporte, etc.). Um punhado de ricos – sanguessugas – não pode ficar com o que não gastam uma gota de suor para produzir.

Essa dívida já foi paga várias vezes com os “juros de morte” praticados sobre os valores que, conforme aponta a CPI da dívida, há fraudes, contratos ilegais e todo tipo de falcaturia. Como discutimos acima, há uma contradição em todo esse processo, pois o capital especulativo cresce desproporcionalmente em relação a produção de riqueza material.

Não há nenhuma lógica que, para atender uma minoria, milhões de pessoas fiquem sem hospitais, escolas, moradias, etc. A questão não é somente de enfrentar banqueiros, mas de lutar para que questões mínimas de sobrevivência da população trabalhadora sejam melhor atendidas.

Há setores na esquerda que defendem auditoria da dívida (a Auditoria Cidadã, setores do PSOL e outros), mas essa dívida não é legítima e todos os estudos apontam para isso. Além disso, a auditoria por si só não muda o destino da dívida. Somente o não pagamento pode reverter a situação dos serviços públicos.

Não pagar a dívida, nem seus juros e reverter os 42,43% do Orçamento a favor da classe trabalhadora é condição para continuidade e melhora da prestação de serviços públicos como Saúde, Educação, transporte, moradia, saneamento, lazer, etc.

A JORNADA DE LUTAS E A NECESSIDADE DE IMPORMOS A PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA

Com todos esses ataques parte da classe trabalhadora vem reagindo com paralisações, greves, manifestações, etc. o que demonstra que não estamos aceitando as imposições apresentadas acima. No entanto, as nossas lutas ainda não estão unificadas e encontramos dificuldades em fazer isso isoladamente nas categorias, nas escolas, nas universidades, etc. Até esse momento, sequer temos uma data unificada para a greve geral, necessidade mais que urgente para apontar outros rumos para a classe trabalhadora.

As centrais sindicais e organizações sindicais, etc. poderiam estar mobilizando trabalhadores/as em cada local de trabalho, se unindo com os movimentos dos estudantes em ocupações de escola, de universidades e de institutos e às lutas dos movimentos por moradia e de lutas populares para a construção da greve geral.

Sabemos dos limites do movimento sindical, majoritariamente atrelado ao PT, no entanto, ele não pode ficar sem estar completamente à disposição da classe trabalhadora que historicamente as criou por suas necessidades. E, nesse momento, a greve geral já deveria estar acontecendo. Os dias nacionais de paralisação são fundamentais, mas não estão unificados.

É necessário que cada trabalhador/a assuma em suas mãos a construção da greve geral, independente das direções. Até agora as greves, (como de Bancários), a entrega do Pré-sal, a aprovação da PEC 55, o início da Reforma da Previdência (com a negativa da desaposentação), e a MP do Ensino Médio, etc. demonstraram o quanto não podemos esperar.

Precisamos impor uma pauta: barrar os ataques, não pagar a dívida pública e estatizar o sistema financeiro. Somente com a classe trabalhadora mobilizada e unificada, parando a produção, as escolas, universidades, realizando ocupações por dias seguidos poderemos ter resultados importantes para a nossa classe!

SÓ COM CERCA DE 25% DO QUE FOI PAGO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS DARIA PARA CONSTRUIR:			
	UNITÁRIO (\$)	TOTAL UN.	VALOR TOTAL
HOSPITAL COM 250 LEITOS (SP)	R\$ 148 MI	1000	R\$ 148 BI
CRECHE	R\$ 5 MI	5 MIL	R\$ 25 BI
CEUs (CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO)	R\$ 37 MI	5 MIL	R\$ 185 BI
UBSs(UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE)	R\$ 4 MI	5 MIL	R\$ 20 BI
APARTAMENTOS POPULARES	R\$ 73 MIL	8 MILHÕES	R\$ 584 BI
TOTAL			R\$ 962 BI

CÂMARA DOS DEPUTADOS DÁ MAIS UM PASSO NA ENTREGA DO PRÉ-SAL

No dia 5 de outubro, a Câmara, a mando do governo Temer, deu mais um passo importante na entrega da soberania nacional. Aprovou o fim da obrigatoriedade da Petrobrás na exploração do Pré-sal. Em fevereiro, com apoio do governo Dilma, o Senado já havia aprovado essa entrega.

A lei de exploração e produção de petróleo e gás no Pré-sal, criada no governo do PT, já deixava disponível 70% da exploração para os grandes grupos estrangeiros, agora com a aprovação do PL do Serra, nem os 30% restantes estão garantidos para a empresa de participação do governo...

O Pré-sal é considerado hoje a última reserva de grande porte de petróleo do mundo. A produção diária da Petrobrás no Pré-sal em 6 anos ultrapassa o patamar de 1 milhão de barris por dia (meados de 2016). Para se ter uma ideia, a mesma Petrobrás levou 45 anos, sem o Pré-sal, para alcançar o primeiro milhão de barris de petróleo. As estimativas da reserva variam de 50 bilhões de barris a 150 bilhões de barris.

Apesar de sabermos de todas as “bravatas” de Lula – que dizia que serviria para Educação, mas o que vimos foi a corrupção astronômica e a forma como deixou o país vulnerável aos preços de commodities – a riqueza do Pré-sal, dado sua grandeza, de fato poderia mudar os rumos do país.

Porém, para o capital internacional uma reserva dessa magnitude serve como um importante suspiro em meio a sua crise estrutural. E os 70% não lhe agradaram, querem tudo. Mais uma vez estamos assistindo a entrega, como com a do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro, do café, etc.

O discurso da “elite” brasileira se apoia em dois argumentos: de que a Petrobrás não teria condições de investir (estaria “quebrada”) e de que houve muita corrupção.

Organizações como a FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) e a AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobrás) demonstram como é falsa a afirmação de que a Petrobrás estaria quebrada. Uma empresa que bate recorde atrás de recorde, que teve lucro bruto de R\$ 98 bilhões no ano passado e lucro líquido de R\$ 14 bilhões não pode estar quebrada. Mas, por exigência de auditora americana Pricewaterhouse, seus ativos foram desvalorizados em R\$ 49 bilhões, tendo como argumento a baixa do preço do petróleo. Mas, empresas como Exxon não fizeram tal desvalorização.

Já a corrupção, da qual a elite (e aqui incluímos seus representantes como o PMDB, PT, PCdoB, PSDB, e um longo etc.) se beneficiou, não justifica entregar nossos recursos. Mesmo assim na Câmara, diversas vezes, os parlamentares “entreguistas” tentaram

se legitimar com esse argumento. Ou ainda, afirmando que nem a Petrobrás é 100% estatal, ou seja, já não seria do Brasil. Mas, se esse é o problema (e de fato é parte do problema) deveriam então estar votando a estatização da empresa e não a entrega de 100% para as empresas privadas estrangeiras.

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, disse que se a empresa fosse obrigada a operar todos os campos, a exploração levaria um tempo muito mais longo. No entanto, isso é muito diferente de se afirmar que não se teria condições de investir.

Alguém que não demore muito tempo para pensar, poderia se perguntar se isso justificaria entregar suas reservas para o inimigo. É melhor nós mesmos levarmos um pouco mais de tempo para extrairmos nossas riquezas ou deixar que outros “players”, nossos “concorrentes”, fiquem com nosso “bilhete premiado”?

O presidente da Petrobrás sabe que a falácia de que a empresa estaria “quebrada” não faz sentido na posição que ele ocupa. Na verdade, o principal risco que a empresa corre



não é o investimento, mas o de seu desmembramento e venda de ativos (privatização), principal tarefa que o governo Temer deu a Parente.

Para a Petrobrás, a aprovação dessa lei não é a sua destruição, porém representa a perda da maior oportunidade de sua história. Oportunidade que foi construída com anos de trabalho e pesquisa da maioria de seus funcionários e terceirizados que não é corrupta. O que poderá significar sua destruição será a combinação da perda de direito de operação em reservas com a política de desmonte em curso.

Já para o país a perda é maior, significa sua manutenção num sistema de subordinação ao capital internacional. Significa entregar às empresas estrangeiras sua oportunidade de grandes investimentos em Educação e Saúde, por exemplo.

Hoje só é possível um conjunto de ataques ao proletariado, onde a aprovação desta lei faz parte do pacote, por uma combinação de fatores conjunturais. O “senso comum” do operário está sendo massacrado por uma mídia que diz que “não há alternativa”, ou seja, ou se faz as reformas ou quebramos. Essa liderança histórica da luta está recuada, não tem se proposto, nesse momento, a um plano de lutas com um calendário de fato.

Muitos dedicaram anos para construir outra história. Outros, insistiram em tentar domesticar os

trabalhadores aos seus então aliados Temers. Outros ainda, foram envolvidos ou sustentaram, de alguma forma, a corrupção, mas esses sempre se dispuseram a ser os administradores do sistema de exploração (os novos capitães do mato).

Por acreditarmos no caminho da luta, afirmamos que existem várias alternativas. Uma delas, nesse momento, é a mais promissoras: seguir o exemplo dos estudantes que ocupam as escolas e universidades sem depender de uma “histórica” direção. Os trabalhadores podem e devem entrar em cena, não podem aceitar o rolo compressor sem resistir. Não fomos nós trabalhadores que fomos derrotados, não somos nós que devemos estar cabisbaixos por termos sido corruptos por anos. Basta ver as lutas econômicas como a recente greve de Bancários, em que os trabalhadores podem ter saído traídos, mas não derrotados.

É necessário construir a greve geral, com comandos eleitos nas bases, sem depender e confiar nas velhas direções que apoiaram traições por anos e não unificam as lutas.

- Retomar já o monopólio estatal de todo o petróleo, inclusive do Pré-sal!
- Reestatizar a Petrobrás, sob controle dos trabalhadores. Que a produção sirva aos interesses públicos! E não ao lucro de acionistas internacionais.

ALGUMAS PÉROLAS SOBRE O PRÉ SAL E A VENDA DE ATIVOS:

Um trabalhador perguntou a um dos diretores da empresa:

- Todas as empresas petrolíferas do mundo gostariam de ter em lei 30% de participação na operação em reservas de petróleo. Qual sua opinião sobre a mudança na lei do Pré-sal?

Ele respondeu:

- Nada que é obrigado é bom.

Outro trabalhador perguntou a um dos diretores da empresa:

- Todos os nossos geólogos afirmam que o bloco de Carcará, entregue dentro do projeto de venda de ativos, será rentável, ou seja, ajudaria a sanar a dívida da empresa em breve. Qual sua opinião?

Ele respondeu:

- Pode ser que se fizermos investimentos eles se tornem rentáveis em breve, mas queremos saber é de hoje.

Um outro perguntou porque estavam vendendo a BR, um dos maiores faturamentos do país. Não houve resposta

Um trabalhador perguntou a um dos diretores do sindicato:

- Porque não houve luta quando as outras categorias estavam em greve? Não houve resposta.

Um outro perguntou:

- Se o governo atual está entregando 30% da operação no Pré Sal, qual governo entregou os outros 70%? Não houve resposta.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: INTENSIFICA A COMPETIÇÃO, ABALA A SOLIDARIEDADE E PRIVATIZA

IRACI LACERDA E HÉLIO MIGUEL

A Medida Provisória (MP) 746/2016, que institui mudanças no currículo e uma Base Nacional Comum Curricular para as escolas de Ensino Médio, segue caminhos semelhantes aos das demais Reformas aceleradas pelo governo Temer: corta verbas públicas, retira direitos, aumenta a precarização do ensino e do trabalho e entrega às empresas o dinheiro público e um maior controle sobre a vida de estudantes e trabalhadores.

Nesse caso, a entrega do dinheiro

público que se dará através das chamadas Parcerias Público-Privada (PPPs) – forma de contrato realizado entre administração pública e empresas privadas para exploração de bens ou serviços por um período determinado (ver link) – é o motivador primeiro da Reforma do Ensino Médio.

PARA AS EMPRESAS

Estão envolvidas, de alguma forma, na elaboração ou nas propostas de mudanças no Ensino Médio a Fundação Carlos Chagas, Fundação



Victor Civita (da Revista Veja), Instituto Unibanco/Itaú, Instituto Península (Pão de Açúcar), Instituto Natura, Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (práticas de gestão com utilização da Tecnologia Empresarial da Odebrecht), Instituto Lemann (formação de profissionais da Educação), Movimento Todos pela Educação (grupo de instituições que promove “conhecimento” sobre assuntos estratégicos, financiado pelo BID).

Essas instituições ou empresas que dizem ter profundo conhecimento

e experiência no mercado não estão dispostas em reduzir sua margem de lucro nos períodos de crise e exigem do governo medidas urgentes para diminuir os gastos públicos e ter sobra de caixa para socorrê-las. Esse é o objetivo da PEC 55, que reduz os gastos públicos e o da Reforma do Ensino Médio, que transfere a verba das escolas públicas para essas e outras empresas que já estão prontas para serem abertas nesse próximo período, como Organizações Sociais (OSs – empresas que fazem contratos ou convênios com o governo e ficam responsáveis pelo gerenciamento/gestão do serviço, nesse caso, da escola).

Para lucrarem com a Reforma vão ter por 4 anos o subsídio por aluno repassado do governo federal; vão poder usar a infraestrutura de escolas particulares (forma de repassar dinheiro público para instituições privadas de ensino) ou prestarão esses serviços e “consultorias”; vão receber do governo para “capacitar” professores; vão poder ministrar aulas da parte diversificada e contratar professores e demais profissionais da escola, mesmo os de “notório saber” (terceirização de atividade-fim de acordo com a PL 4330). Ou seja, serão várias as formas.

PARA OS ESTUDANTES

Com o discurso de que o Ensino Médio vai ficar mais atrativo para os estudantes da rede pública (e irá diminuir a evasão) e de que vão poder escolher/reduzir as disciplinas o governo e o empresariado esconde que estão mesmo preocupados em: mantê-los mais tempo dentro da escola (e ao modo de ver da burguesia: não na rua roubando) e submetidos a controles e monitoramentos que os disciplinam



para atingir metas e resultados; controlar a formação de “futuros/possíveis” profissionais que irão competir entre si as escassas vagas num mercado de trabalho marcado pelo desemprego da juventude; prepará-los para um mercado de trabalho que exige alta produtividade, competição e fragmentação, movido por contratos temporários e serviços terceirizados.

Isso tudo, óbvio, favorece diretamente, num primeiro momento, essas empresas citadas, mas a longo prazo busca preparar a juventude também ideologicamente para dispor não só de suas energias (mão de obra disponível, dificilmente empregada, mas com visão empreendedora para se virar na vida) como também de sua vida integral à lógica de exploração do sistema capitalista (individualismo, concorrência e lucro).

Na verdade, as disciplinas nem poderão ser escolhidas de fato pois, será o governo, a partir dos interesses de lucro das empresas, que irá disponibilizá-las em cada rede de ensino dos estados.

E não é por acaso que disciplinas que procuram buscar reflexão crítica (Sociologia e Filosofia), incentivar a sensibilidade (Artes) e impulsionar atividades físicas e o esporte (Educação Física) estão sendo colocadas como não obrigatórias, porque com essa forma dos empresários e do governo pensarem a Educação para os filhos e filhas da classe trabalhadora as potencialidades dos estudantes precisam ser canalizadas para atender as necessidades do lucro.

Em São Paulo, por exemplo, as escolas de tempo integral nas periferias são verdadeiros massacres ao tempo de estudo dos estudantes, ao tempo “livre”, à retirada do mercado de trabalho de um dos membros da família ou/e com aumento da evasão escolar. Na maioria das escolas não tem professor suficiente e os estudantes ficam em “aulas vagas”, também é comum passar o dia todo sem a merenda necessária, às vezes recebendo somente bolacha e suco. Assim ninguém aguenta.

PARA OS PROFESSORES

Para os professores a situação não é menos pior. De cara é notável o avanço do controle pedagógico (essa

Reforma também ocorre no momento da tentativa de aprovação da Lei da Escola Sem Partido/Lei da Mordada por todo o Brasil) tanto em relação aos conteúdos quanto em relação às perseguições e assédio moral; da agressividade no corte de direitos da categoria (fim dos concursos, contratação temporária e terceirizada, rebaixamento da já baixa faixa salarial, fim do direito de férias, intensificação do trabalho administrativo em detrimento do pedagógico etc.); do desemprego.

Os relatórios, os resultados das provas diagnósticas e avaliações institucionais, as secretarias digitais (que aumentam o tempo de trabalho do professor, seu monitoramento e dos alunos), o trabalho aos sábados sem remuneração, a falta de concursos públicos ou as contratações emergências por tempo determinado, a falta de aumento salarial ou as gratificações por “mérito” para uma minoria (geralmente de escolas centrais ou “prioritárias”), os constantes cortes de verbas que pioram as condições de trabalho do professor (por exemplo, o governo de São Paulo não enviou até esse momento para as escolas públicas), etc. já expressam bem os caminhos percorridos pelos governos para desmotivar os professores e sucatear a Educação pública para preparar sua entrega às empresas.

A NECESSIDADE DAS LUTAS

Com a crise estrutural do capital, a necessidade do avanço nos cortes públicos para garantir os rendimentos dos bancos e empresários, a necessidade de organizar o mercado e todas as etapas de nossas vidas ao modo de produção, os altos índices de desemprego na juventude e a necessária imposição de cortes de direitos da classe trabalhadora em todos os âmbitos trouxeram aí a PEC 55, a Reforma da Previdência, Trabalhista e a Reforma do Ensino Médio.

Para a Reforma do Ensino Médio é fundamental para o governo a aprovação de todas elas, especialmente o congelamento das verbas por 20 anos e o fim da estabilidade do funcionalismo público, como foi importante ter aprovado a PL 4330 que permitiu a terceirização da atividade-fim.

Lembramos que essas Reformas já

vinham sendo impulsionadas também nos governos do PT (no caso da Reforma do Ensino Médio trata-se do PL 6840/13 – PT/MG). No entanto, não dizemos isso para minimizar as necessárias lutas contra Temer. Dizemos isso porque as nossas lutas precisam assumir um outro caráter.

Irmos para cima do governo Temer, especialmente com essa intensidade de ataques, significa também não ser só oposição, mas ser uma consequente oposição de esquerda, que questione a fundo esse poder do capital, que faz da classe trabalhadora um mero instrumento de solução de suas crises. Isso é bem diferente da oposição que o PT faz – um partido burguês que, no máximo,

busca uma oposição dentro dos limites da democracia burguesa com outros partidos burgueses – cheia de negociações e acordos.

Pensar sobre isso é importante porque com a derrocada do PT e a volta de parte de seus ativistas para as manifestações e o reforço nos aparatos sindicais e estudantis (UBES, UMES, etc.) criam a confusão de que vão levar a fundo as lutas e de que são oposição de esquerda, inclusive contra todas essas Reformas. No entanto, sabemos que não levarão adiante os enfrentamentos necessários para barrarmos esses ataques.

Até agora não presenciamos esforços das direções das entidades estudantis, de sindicatos e de centrais

em unificar as lutas contra esses ataques. Já o ano passado pudemos presenciar o quanto há de condições objetivas para isso, no caso das ocupações de escola. Esse ano a situação se repete com novas ocupações. Já está mais do que na hora dos trabalhadores nas fábricas, professores e demais categorias profissionais ajudarem a construir o “movimento de ocupação” para barrar todas as reformas, independente das direções.

As ocupações de escolas, universidades, institutos, etc. são a verdadeira demonstração de que é possível e necessário unificar e radicalizar as lutas por solidariedade, para construção da greve geral e pela necessidade de a classe trabalhadora barrar a Reforma do Ensino Médio!

A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA E O MOVIMENTO ANARQUISTA

SÉRGIO LESSA

As teorias acerca da organização necessária aos revolucionários sofrem sempre um forte impacto dos movimentos de massa, principalmente dos que têm potencial revolucionário, isto é, que ameaçam a propriedade privada ou, ao menos, os fundamentos das sociedades em que ocorrem.

Lembremos, por exemplo, o impacto das Revoluções de 1848 ou, ainda, ao final do século 19, do movimento operário alemão (com a legalização dos sindicatos e dos partidos de base operária) nas formulações, tanto anarquistas quanto de Marx e Engels, sobre as considerações acerca da transição.

No início do século 20, tanto a vitória bolchevique na Rússia, principalmente depois da Guerra Civil de 1918-1921, quanto a derrota da revolução alemã, produziram vários e importantes textos sobre a questão da organização revolucionária. São muito conhecidos e exercem influência até hoje as posições de Makhno, da Rosa

Luxemburgo, de Lenin e de Trotsky.

Já a partir da década de 1930, com o fortalecimento das revoluções camponesas na Ásia (as Revoluções Chinesa e Vietnamita são as mais importantes, mas há movimentos significativos na Índia, no Paquistão, nas Filipinas, etc.) novas questões são trazidas pelas necessidades práticas que surgem para organizar o movimento camponês naquele continente. Nestas mesmas décadas, ainda maior impacto teve o amadurecimento do stalinismo e de sua concepção centralista de partido.

Com a derrocada da União Soviética e a cada vez maior integração da economia chinesa ao mercado mundial, as teses autonomistas, anarquistas e mesmo sociais-democratas voltam a ganhar força e, ao mesmo tempo, várias reavaliações e mesmos novas traduções dos textos de Lenin vêm à tona.

Para as coisas ficarem ainda mais complicadas, as próprias correntes teóricas presentes nesse debate se transformaram, por vezes essencialmente, ao longo dos anos. Assim, por exemplo, o significado de ser um “leninista” para um dirigente do PC Chinês hoje é muito diferente do que era para um Lenin ou para um Trotsky dos anos de 1917-20, do que era para um Kropotkin na década de 1920 ou para um Stálin na década de 1940. Falar, assim, de um campo leninista na questão

da organização tornou-se algo muito impreciso: de que “leninismo” se trata?

O mesmo ocorre com o anarquismo. Se descontarmos o stalinismo, o anarquismo é a corrente maior e mais importante do movimento operário do século 20. Teve papel importantíssimo na organização da classe operária em quase todo o mundo, dos Estados Unidos ao Brasil, da Bolívia à Europa. A Revolução Espanhola (1936-39), o último grande levante operário no cenário europeu, não pode ser contada sem se levar em conta a decisiva participação dos anarquistas. Não há país e não há luta operária importante, dos EUA à Argentina, da Rússia czarista ao Japão, que não conte com a participação de anarquistas, não raramente com influência notável.

Do mesmo modo, não é possível mencionar a luta contra o stalinismo sem considerar a participação significativa dos anarquistas, não apenas no mundo, mas também na própria URSS. Desde o primeiro momento, os anarquistas estiveram entre os críticos frontais da crescente centralização e burocratização presentes no jovem Estado bolchevique – e o continuaram pelas décadas vindouras (voltaremos a isto logo abaixo).

Com o anarquismo temos um fenômeno semelhante ao que ocorre com o leninismo: suas concepções acerca da organização vão se



alterando, não apenas com o tempo, não apenas com as experiências de luta, mas também com seus próprios debates internos. Se Kropotkin adere à contrarrevolução no ano de 1917, muitos anarquistas morreram heroicamente defendendo a revolução na Guerra Civil na Rússia. Bakhunin nunca foi uma unanimidade no campo anarquista e sua importância, grande no século 19, tende a diminuir com o tempo. Quando os anarquistas se transformam em dirigentes de massas operárias importantes, criam formas de organização que incorporam, em medida muito significativa, a centralidade imprescindível a um movimento mais amplo. Hoje, mesmo a avaliação dos anarquistas acerca do seu próprio movimento possui divergências da maior importância.

Todas estas ressalvas são importantes porque não há nada mais desencaminhador da discussão política do que simplificar um problema complexo: a relação dos anarquistas com a questão da organização nem é, nele próprio, um tema simples, nem a avaliação que, por exemplo, os “leninistas” fazem da mesma dá conta da seriedade da questão.

Somos, por isto, obrigados a uma forte restrição do tema para que o assunto possa ser tratado no espaço deste artigo. Nem trataremos da evolução dos anarquistas, de suas concepções de organização nem das críticas que receberam ao longo do século 20, a não ser muito pontualmente. Nosso objeto será, prioritariamente, as concepções ditas anarquistas, em geral informais, não sistematizadas, por vezes com simplificações deformadoras e esquemáticas, que tendem a circular entre nós neste momento em que as lutas de classe estão ainda sob controle quase integral da burguesia.

Em momentos em que a luta do proletariado não está em ascensão, as teorias tendem também a não se desenvolverem. É muito do que ocorre em nossos dias. Será a este universo teórico pouco elaborado que tentaremos nos dirigir neste artigo.

O MORALISMO NA QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO

Marx, Engels, Rosa Luxemburgo e

Trotsky, de um lado, e os anarquistas, de outro, na questão da organização se diferenciaram desde o primeiro momento. Os primeiros tratavam a questão da organização como uma questão prática: qual organização era requerida pelas tarefas políticas à mão. Os segundos, revivendo uma tradição que vinha dos socialistas utópicos, tomavam a organização como a criação, no interior da sociedade burguesa, de uma célula da nova sociedade. Para os primeiros, a organização era uma ferramenta política para destruir a velha sociedade de classes; para os anarquistas, era uma célula da sociedade futura. E, tal como todo embrião é o fundamento do que será o organismo quando maduro, essa célula deveria ser portadora das características essenciais da sociedade liberta da opressão.

Se a organização é um instrumento prático da luta imediata, tanto a evolução da luta deve conduzir às transformações na organização, quanto também a vitória dos revolucionários, ao conduzir ao fim da luta de classes, tornaria desnecessária a própria organização dos revolucionários. O partido “leninista” (as aspas é por conta da imprecisão que o termo adquiriu em nossos dias) deveria desaparecer junto com as classes sociais. Seria, portanto, uma forma de organização temporária, passageira, ainda que da maior importância para a transição.

Contudo, se a organização é o germe da futura sociedade liberta, então ela deverá ir se expandindo, suas relações libertas devem gradualmente ir superando e substituindo as relações de opressão. Desse modo, a organização não possui o caráter provisório, passageiro, voltado para o imediato (tal como queriam Lenin e Rosa, por exemplo), mas é pensada como uma estrutura de longo prazo e portadora das novas e libertas características da sociedade futura.

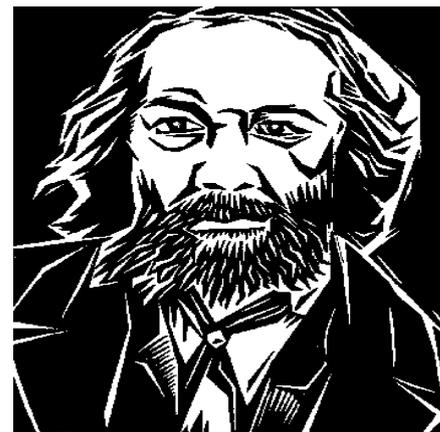
Enquanto para Marx, Engels, Lenin, Rosa e Trotsky a forma da organização, a seleção dos militantes, a relação com o movimento de massas etc. tinha por finalidade primeira acumular revolucionariamente forças nas lutas de classe em andamento, para

os anarquistas tratava-se de expandir o germe da nova sociedade no interior da sociedade burguesa. Ou seja, para eles, organizar a luta era, imediatamente, também organizar a sociedade livre. A forma de se relacionar com o movimento de massas tinha por critério reproduzir as relações de liberdade entre os homens, a seleção dos membros tinha por critério, além do político, a qualidade pessoal, moral e de caráter, dos indivíduos que seriam chamados para compor a nova sociedade.

De um lado, uma ferramenta política, um instrumento para a luta de classe imediata, de outro lado, o germe prático e teórico, político e moral de uma nova sociedade liberta da opressão. Os pontos de partida não podiam ser mais divergentes e, claro, as diferenças teóricas e práticas se tornaram ainda mais intensas com o avançar dos anos.

Por exemplo: um belo agitador operário, capaz de organizar e mobilizar fábricas inteiras para a luta revolucionária, mas um machista empedernido em casa, deve fazer parte do partido revolucionário, ou não? Aos anarquistas, a clara resposta é negativa; para Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotsky, a resposta é positiva: um belo agitador que se prova leal à luta, deveria mesmo subir na estrutura partidária até a direção mais geral – apesar de seu machismo empedernido.

Os casos práticos são muitos para serem sequer mencionados. Basta lembrar que Lenin, casado com Krupskaya, era apaixonado profundamente por Inessa Armand; Trotsky não vacilou em deixar suas filhas com sua esposa na Sibéria ao fugir do exílio para a Europa, para militar no movimento revolucionário,





etc. Os exemplos de revolucionários importantes para a luta com sérias “deformações morais” (como diriam os anarquistas) é quase infinito. Sem eles, as revoluções não teriam sido as mesmas, foram eles os líderes nos quais as massas trabalhadoras depositaram sua confiança em momentos chaves da história e, contudo, não servem para compor a organização dos revolucionários, segundo os anarquistas, porque “moralmente imprestáveis” para a sociedade que se quer construir.

Pelos critérios ditos anarquistas de nossos dias, um Lenin e um Trotsky – para não mencionar a Marx – jamais deveriam, por uma deficiência moral, pertencer à organização revolucionária. As duas posições acerca da organização não poderiam ser mais opostas.

POLÍTICA E MORAL

No fundo da questão acerca da função da organização revolucionária (é um instrumento da luta imediata ou é a célula da sociedade futura) está uma concepção liberal burguesa do que é a política.

Para Lenin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, a política é a expressão, no Estado, do poder econômico da propriedade privada. Por isso, a luta contra a propriedade privada, contra a exploração do homem pelo homem, tem que ser a destruição prática desse poder: a destruição do Estado e tudo o que lhe é próprio (a burocracia, o Direito, os instrumentos de violência como a polícia, o exército etc.). E a luta prática contra a política tem que ser, necessariamente, uma luta política, porque a força se combate com força. A política revolucionária, por isso, não é a construção do comunismo, nem presta para isso. A política revolucionária tem apenas um único e exclusivo papel histórico, a destruição da sociedade de classes. Apenas serve para destruir o velho, não serve para

construir a nova sociedade.

O mesmo vale para a organização política dos revolucionários: tem serventia para a tomada do poder, instituir a Ditadura do Proletariado e dar início à destruição do Estado e da propriedade privada, mas não serve para se construir a nova sociedade comunista. Por isso, a luta política nem é conduzida por valores morais nem por valores éticos. Esses podem ter algum papel nas lutas de classe – e, com frequência, o têm – mas a direção da luta política brota exclusivamente das necessidades mais imediatas da luta: o que é necessário para se vencer o embate é o que deve ser feito na esfera da política.

A descoberta de que a política possui critérios próprios, que a política não se baseia na moral nem na ética, não é de Marx ou de Engels, mas de Maquiavel, o pensador do Renascimento Italiano. Marx e Engels (assim como Lenin, Rosa e Trotsky) apenas incorporaram em suas teorias essa essência da política: por brotar da propriedade privada, a política não é conduzida nem por valores morais nem por valores éticos. Em geral, os anarquistas não concordam com esta mera constatação.

Para os anarquistas em geral, a política ou tem um conteúdo moral revolucionário ou é contrarrevolucionária. Eles compartilham, nesse particular, com a concepção burguesa de que a política é a busca do bem comum pela organização da sociedade – e não a força que brota da riqueza da classe dominante – e, por isso, a organização política dos revolucionários deveria ser o germe da organização política da sociedade liberta.

O equívoco anarquista está em projetar na política o que a política jamais pode ser – um instrumento para construir a nova sociedade liberta da opressão – e, como consequência, requerem da organização política o que ela jamais poderá ser, o depositário dos valores autenticamente humanos e libertos, formada por indivíduos que encarnam moralmente os valores libertários.

É também por esta razão que muitos dos projetos emancipatórios de base anarquistas propõem comunidades, associações, projetos educacionais etc. em que se pretende construir, no interior da sociedade burguesa, um novo homem e uma nova sociedade em escala meramente local. E é também por isso que algumas variações do anarquismo se aproximaram das teses de Henry David Thoreau, Tolstoy e de Gandhi. Em comum a todos eles, a concepção de que se liberta a humanidade criando entre nós pequenas comunidades em que as novas relações libertas serão construídas sem que, antes, seja preciso destruir o capital.

TEORIA REVOLUCIONÁRIA E ANARQUISMO

Uma das características do movimento anarquista é que sua prática é muito mais significativa para o movimento operário e revolucionário do que sua produção teórica. Se levarmos em consideração os clássicos anarquistas, como Bakunin, Makno, Kropotkin, Malatesta etc., o que primeiro chama a atenção é o ecletismo e a enorme confusão teórica.

Os principais autores anarquistas, em geral se apropriando de alguns pressupostos do senso comum da ideologia burguesa e em algumas descobertas da ciência de seu tempo, frequentemente pretendem desenvolver um sistema próprio que seja, ao mesmo tempo, a crítica do mundo burguês e os fundamentos do mundo liberto. As variações são tantas e as inconsistências são tamanhas, que não há espaço aqui sequer para um esboço mais geral do universo teórico dos anarquistas. O idealismo e o positivismo são traços muito frequentes.

O fato é que o movimento anarquista não conseguiu produzir nenhuma análise sistemática e profunda das relações de produção capitalistas e das alienações que delas brotam. Não há contribuição anarquista importante quando se trata da compreensão teórica do mundo em que viemos. Nada semelhante a um texto como *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* de Lenin, ou *A reprodução do capital*, de Rosa Luxemburgo ou, ainda,

de *Para além do capital*, de I. Mészáros – para não falar de um *O Capital*, de Marx.

A pobreza teórica anarquista faz com que sua pregação tenha, com enorme frequência, um caráter quase religioso: as verdades são repetidas como se fossem auto evidentes e a condenação da exploração do homem pelo homem, na falta de uma compreensão mais aprofundada do que se está criticando, adquire uma entonação moralista.

Com isto, a concepção de que a organização política revolucionária é a expressão da moral da nova sociedade liberta se encontra com a pobreza teórica: a condenação do presente tem um acento moralista que justifica e complementa a tese de que a organização revolucionária é também o germe moral da sociedade liberta.

Concepção moralista da organização revolucionária, ilusão com a possibilidade de a política servir para construir a sociedade liberta e, por fim, pobreza teórica que substitui a crítica científico-revolucionária, profunda, da sociedade contemporânea, por uma pregação quase moralista e religiosa são traços bastante comuns entre os anarquistas. Mas há que se ter cuidado com tais generalizações, pois o anarquismo abarca uma infinidade de variações, como já mencionamos, e não há um conjunto de sólidos fundamentos que possa ser tomado como típico.

A CRÍTICA ANARQUISTA AO STALINISMO

Os anarquistas que ficaram ao lado da Revolução Russa (lembramos que Kropotkin foge da Rússia, apoiando Kerensky, ainda em 1917) possuem o enorme mérito de estarem entre os primeiros e mais contundentes críticos do que, alguns anos depois, viria a se consolidar como stalinismo.

Como vimos no Jornal Espaço Socialista do mês passado (nº 94), já a partir de novembro de 1917 várias medidas vão sendo tomadas pelos bolcheviques em relação ao controle operário dos meios de produção e em relação à organização geral da produção que, sob a pressão da Guerra Civil e, depois, da destruição econômica dela resultante, terminaram

se convertendo na base a partir da qual se desenvolveria o stalinismo.

Longe de ser um processo linear, como vimos no número do Jornal acima mencionado, medidas emergenciais de curto prazo terminaram assumindo um caráter estratégico na medida em que a revolução ficava isolada na Rússia e, também, na medida em que a miséria e a extrema carência daqueles anos não permitiam a transição ao socialismo.

Nessa situação, não poucos teóricos marxistas terminaram no brutal equívoco teórico de converter necessidade em virtude. Preobrashensky, por exemplo, desenvolveu a teoria da acumulação primitiva socialista. A carência e a miséria russas seriam uma etapa de acumulação imprescindível para a transição ao socialismo. Portanto, as medidas tomadas pelo Estado para acumular nele o trabalho excedente eram apresentadas como preparatórias do socialismo e, não, como um recuo ante ao capital. A crise que era tão aguda que fez o dinheiro desaparecer em várias regiões da Rússia. As trocas, então, retornaram ao seu patamar mais primitivo, o das trocas naturais (isto é, produto troca-se por produto, sem a mediação do dinheiro). Alguns viram, nesse fato, uma prova de que o mercado estava sendo superado porque o dinheiro estava desaparecendo. Outros, como Bukharin, frente ao atraso tecnológico da Rússia, passaram a pregar que o desenvolvimento técnico era a chave para passagem ao socialismo, fazendo da técnica o motor da história.

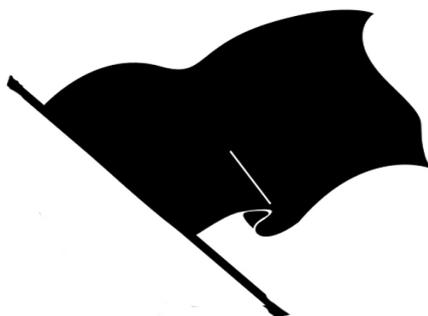
Enfim, não foram poucos os que procuravam enxergar na miséria e na carência, na centralização ao redor do partido e do Estado, na repressão e na política secreta, etc. etapas necessárias para a construção do socialismo. A história provou o enorme equívoco de tais teorias e demonstrou, sem lugar a

dúvidas que, independente da vontade de seus autores, tais teorias apenas justificaram e, desse modo, legitimaram, os recuos ante o capital. E, acima de tudo, que eram teorias que estavam anos-luz de distância da realidade.

Os anarquistas que ficaram ao lado da revolução jamais compartilharam dessas ilusões, nem iludiram os trabalhadores russos acerca do caráter repressor dessas e outras medidas. O que muitos descobririam apenas décadas depois – alguns não descobriram até hoje – de que do processo soviético não viria o socialismo nem o comunismo, os anarquistas já afirmavam em 1918 e 1919. Não há como não se reconhecer o enorme mérito, coragem e destemor com que enfrentaram a ditadura que, então, se estruturava no solo da revolução. Nem há como não se admirar da clareza e da visão teórica de longo prazo necessárias para se perceber que, naquelas circunstâncias, não se avançava rumo ao socialismo.

Méritos reconhecidos, há também que se reconhecer os seus limites. A alternativa proposta pelos anarquistas era polarizada por duas opções. A primeira, mais ingênua e primitiva, propunha que os trabalhadores ficassem proprietários das fábricas e dos seus locais de trabalho e estabelecem um sistema de trocas naturais (lembrem: sem o dinheiro) entre as unidades produtivas, de tal modo a produzir o necessário a todos. Seria como que uma economia em que as unidades produtivas seriam propriedades privadas dos que nelas trabalhassem, uma sociedade de infinitas pequenas “sociedades anônimas”. A inviabilidade desse sistema está em que substitui a concorrência entre indivíduos pela concorrência entre unidades produtivas e, desse modo, mantém-se o mercado e, portanto, o capital.

A segunda opção, com base em um conhecimento da economia mais avançado e profundo, se baseava na tradição anarquista do federalismo: cada localidade, com as unidades produtivas nela instaladas, constituiria uma comunidade e uma federação de comunidades cumpriria a função de organizar e coordenar as atividades econômicas. Novamente, a concorrência se instala entre as



comunidades e, por essa via, o mercado e o capital são mantidos.

Nas duas opções, a pedra de toque era a autogestão: os trabalhadores se encarregariam de organizar e operar o processo produtivo e, portanto, o produto final seria propriedade da coletividade que o produziu. Se essa coletividade seria a unidade produtiva (na primeira opção) ou a federação de comunidades locais (na segunda opção), era algo sobre o qual não havia concordância entre eles.

A debilidade principal dessa concepção de autogestão é que deixa de lado um aspecto essencial da transição ao socialismo: sem a superação do trabalho proletário (o trabalho abstrato) pelo trabalho associado não há socialismo possível, e esse último apenas pode existir no reino da abundância (sobre isso, confira o *Jornal Espaço Socialista* nº 79 e 87). E essa transição apenas é possível se a totalidade do produzido pela totalidade da humanidade for propriedade da totalidade da humanidade: nem o federalismo, nem a propriedade pelos trabalhadores dos locais de trabalho, propostas pelos anarquistas, dão conta desse fato essencial.

Considerado no seu todo –

e deixando de lado importantes exceções – os anarquistas possuem uma contribuição maior ao movimento revolucionário nas críticas à sociedade burguesa e nas críticas ao processo soviético do que no esclarecimento tanto da essência da sociedade burguesa quanto da transição ao socialismo. Seu conceito de sociedade liberta é muito confuso e com muitas variações, a autogestão é mais uma afirmação de um desejo do que uma proposta solidamente articulada de uma nova economia.

No que diz respeito às propostas de organização para a luta revolucionária, os anarquistas pecam, essencialmente, por conceber o partido revolucionário como o germe da sociedade liberta. Ao invés de um instrumento prático para a luta imediata, o partido deveria ser também o depositário moral das virtudes da nova humanidade que viria com a revolução. As organizações anarquistas, não raramente, se convertem com isso em pequenos grupos com rígidas regras morais que se sobrepõem aos critérios político-práticos. E a condução da luta política recebe acentos moralistas que são, sem exceção, desastres práticos, e, no plano dos valores, terminam considerando a

política como instrumento moral para a construção da sociedade liberta. O que não passa de um grande equívoco teórico com sérias repercussões práticas, pois ilude os trabalhadores de que a política seria algo mais do que a força econômica da propriedade privada que se expressa no Estado e, ainda, ilude os trabalhadores de que o partido seria instrumento para a construção da sociedade livre.

Como assinalamos no início, uma avaliação do conjunto do anarquismo é muito difícil, pela extensão no tempo e no espaço do movimento e, também, pelas diferenças no seu interior. Contudo, esses são os aspectos da ideologia que, nos parece, têm de maior influência nas lutas ideológicas dos nossos dias.

LEITURAS RECOMENDADAS:

Para Os clássicos anarquistas mais significativos são: de Bakunin, *Estatismo e Anarquia*; de Kropotkin, *O princípio anarquista*; de Malatesta, *Escritos Revolucionários*. Sobre a questão da organização, um texto imprescindível é o de Nestor Makhno, *Nossa organização*, criticado por Malatesta em *Um projeto de organização anarquista*.

A INSUSTENTABILIDADE DA REVOLUÇÃO VERDE E A DESTRUIÇÃO AMBIENTAL

VITÓRIA GOMES

Em 1940, os países vencedores da Segunda Guerra Mundial viram acabar suas fontes de lucros oriundas das indústrias de armamento e – ainda que com o início da guerra fria houvesse tido a retomada da produção em massa de armamentos dando a esse setor lucros fabulosos – essas indústrias, na tentativa de manter os altos ganhos como os obtidos durante o período de conflito, procuraram fontes alternativas para manter sua atuação no mercado.

O resultado foi um projeto para a agricultura, em que utilizaram

no campo boa parte do aparato tecnológico desenvolvido na guerra: os materiais de explosivos viraram adubos sintéticos e nitrogenados; os gases mortais, agrotóxicos; e os tanques de guerra, tratores.

Sob o discurso da necessidade da produção de alimentos para a erradicação da fome, iniciou-se um projeto de utilização de máquinas no campo para que aumentasse a produtividade, seguido de pesquisas em sementes para se obter alto rendimento, além do uso de pesticidas, irrigação e fertilização do solo.

Utilizada pela primeira vez – em 1966 em uma conferência em Washington – a expressão Revolução Verde, cujo nome a princípio parece remeter a algo positivo, na verdade, conceitua um processo em que a agricultura é colocada na lógica de produção massificada, ou seja, industrial, alterando radicalmente sua estrutura e causando gigantescos impactos para o meio ambiente e para o trabalhador do campo.

Para isso foi necessário que esse projeto obtivesse diversos financiamentos, um dos mais beneficiados, o grupo Rockefeller, colaborou na consolidação da Revolução Verde ao expandir seu mercado consumidor, com vendas de verdadeiros pacotes de insumos agrícolas (que podem ser biológicos, como os adubos; químicos como agrotóxicos e fertilizantes; e mecânico como tratores), para países como



O CONGRESSO QUER TIRAR OS PRODUTOS TRANSGÊNICOS?!



NÃO... QUER TIRAR O AVISO...



Índia, México e Brasil.

Sua implantação e consolidação pode ser dividida em três fases: A primeira se deu através da introdução desse modelo de produção em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. A segunda fase foi sua disseminação para os demais países. E a terceira e atual fase, caracteriza-se pelo desenvolvimento de pesquisas e experimentos em corporações do ramo da biotecnologia e da nanotecnologia, que utilizam o material biológico de plantas e animais e o modificam geneticamente, tornando-o mais resistente a diferentes tipos de pragas e doenças – o transgênico.

Como resultado houve de fato o aumento da produção de alimentos (154%), que se deu numa porcentagem maior que o aumento da população mundial (111%). Entretanto, ao atender a interesses mercadológicos que desconsideraram a preocupação com o meio ambiente ou com o trabalhador do campo, as consequências têm se mostrado devastadoras.

Nessa terceira fase, se estabelece um modelo de produção causador de uma forma de desigualdade ainda mais violenta, baseada na presença de latifúndios, monocultivos, uso de insumos químicos e endividamento do trabalhador do campo e gera:

- ♣ O esgotamento do solo que desencadeia processos de erosão;
- ♣ Diminuição e seca de rios e aquíferos, pelo uso desordenado na irrigação;
- ♣ Envenenamento do solo pelo uso de pesticidas, herbicidas e insumos;
- ♣ Aumento do número de pragas agrícolas, uma vez que insetos e ervas daninhas desenvolveram resistência a maioria dos produtos químicos utilizados;
- ♣ Desenvolvimento de câncer e danos ao sistema nervoso e hormonal, em seres humanos e animais que têm contato com substâncias tóxicas presentes nos pesticidas;
- ♣ Contaminação da água potável pelos fertilizantes, eutrofizando lagos e rios, além de criarem o poluente ozônio, extremamente danoso à agricultura e as florestas;
- ♣ Diminuição da variedade de sementes, em decorrência da sua



modificação genética pelas grandes corporações;

♣ Endividamento do trabalhador do campo: para conseguir crédito, se exige a receita de utilização de agrotóxico e uma garantia (geralmente a terra que possuem). Com o crédito compra-se a semente com certificação (transgênica), mas essas sementes são repassadas com altos custos (royalties) para o trabalhador do campo, que se transforma num ciclo progressivo e ininterrupto de dívidas, que geralmente termina com a perda da posse da terra para saldar ou amortizar as dívidas.

Comprova-se então que a Revolução Verde aprofunda um modelo econômico e tecnológico de exploração, que destrói todo o equilíbrio ecológico, expulsa milhares de agricultores do campo e entrega para as multi e transnacionais o controle da produção agrícola em âmbito mundial. Três empresas controlam 53% do mercado mundial de sementes, seis empresas de agrotóxicos dominam 76% do setor e dez corporações controlam 41% do mercado de fertilizantes.

A alta concentração do monopólio no mercado de alimentos leva a uma grande insegurança no sistema alimentar global. Já se observa que hoje, essas empresas vêm homogeneizando a dieta da população com a oferta de produtos que as interessam no que se refere à aplicação de determinados agrotóxicos e insumos.

No Brasil, a falta de oferta de sementes crioulas (não modificadas) obrigou os agricultores a consumir sementes que grandes corporações, como Monsanto, impõe no mercado.

Aliadas à bancada ruralista e do agronegócio presentes no Congresso brasileiro – que se beneficiam dessas corporações em seus

latifúndios e no financiamento de campanhas eleitorais – se estabelece um verdadeiro cartel em torno dos transgênicos que pressiona o agricultor a submeter-se à essa lógica e impõe à população a padronização de uma dieta alimentar envenenada. Além de ter que comprar as sementes ainda há a obrigação de pagar pelos royalties (licença para uso da semente).

Faz-se urgente, com o que foi apresentado, a organização e a resistência dos movimentos sociais e organizações de esquerda frente às imposições dessas corporações que limitam, controlam e destroem a soberania alimentar dos povos e promovem o desequilíbrio ambiental, com suas práticas devastadoras e insustentáveis.

Fica explícito que, nem de longe, o modelo adotado teve por objetivo garantir a produção de alimentos necessária para a erradicação da fome. Deve-se considerar ainda que boa parte da produção do agronegócio se destina a produtos que nem vão servir de alimentação para humanos, pois são destinadas a ração ou produção de combustível.

Prova disso é que produzimos muito além do necessário para abastecer a população mundial e, no entanto, os índices e números acerca da fome continuam altos, já que é a falta de recursos para comprar comida e não a falta de alimentos que impede o acesso a mesma.

Esse modelo já se mostrou insustentável pelas desigualdades, pela busca do lucro acima das necessidades humanas. Como alternativa, se faz urgente a Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, para garantir formas de manejo sustentável da terra como a agroecologia, permacultura e agricultura orgânica dentro de uma perspectiva classista, junto com a soberania alimentar e a garantia da preservação da biodiversidade e do equilíbrio ecológico.

Jornal editado sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os artigos assinados não necessariamente refletem a posição da Organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org

espacosocialista@hotmail.com

facebook.com/espacosocialista1